

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2001.

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob a Presidência da vereadora Lori Magdalena Messer, estando ainda presentes os seguintes edis: Jaime Leandro Heilmann, Airton José Weber, Luiz José Spaniol, Dário José Kuhn, Adelar Henrique Schmitt, José Lauri Brill, Paulo Antônio Medtler e Ricardo Trierweiler. A Presidente declarou aberta a Reunião, e solicitou de imediato, ao Secretário da Câmara, servidor Cesar Alberto Karling, a procedência da leitura da Ata da reunião ordinária anterior. Procedida a leitura, colocou-a em discussão, sendo que ninguém se manifestou. Passando-se à votação da mesma, foi aprovada por unanimidade. Em continuidade passou-se a leitura da **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**, onde constavam: Da Delegações de Prefeituras Municipais-DPM, a Circular N°025-2001(A) o programa do XXXII(trigésimo segundo) Curso-DPM sobre Orçamento Municipal, a realizar-se nos dias 03(três) e 4(quatro) de setembro do presente ano, em Porto Alegre. Da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e do Conselho Estadual dos Direitos do Consumidor-CEDECON, convite para a Pré Conferência Regional dos Direitos do Consumidor(Regional Serra), a realizar-se nos dias 17(dezessete) e 18(dezoito) de agosto de 2001(dois mil e um), em Caxias do Sul. Do vereador Fernando Záchia, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, convite para o Encontro de Presidentes de Câmaras Municipais, a realizar-se no dia 24(vinte e quatro) de agosto, do presente ano, na Câmara Municipal de Cachoeira do Sul. Da Associação Brasileira de Servidores de Câmaras Municipais-ABRASCAM, programa do Curso Prático sobre Receitas e Despesas Públicas no Âmbito Municipal incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a realizar-se nos dias 22(vinte e dois) a 24(vinte e quatro) de agosto de 2001(dois mil e um), em Porto Alegre. Do Poder Executivo Municipal, os ofícios: Of.Cam.N°049.Gab/2001(ofício Câmara número zero quarenta e nove ponto gabinete barra dois mil e um) encaminhando a relação dos pacientes atendidos no Hospital São José de Ivoti, referente ao mês de julho do ano em curso; Of.Cam.N°050.Gab/2001(ofício Câmara número zero cinquenta ponto gabinete barra dois mil e um) informando em resposta ao Pedido de Informação n°008/2001(número zero zero oito barra dois mil e um) de autoria do vereador Adelar H. Schmitt, que a Administração Municipal não tinha conhecimento de que pessoas estranhas estivessem pescando no açude do Centro Administrativo; Of.Cam.N°051.Gab/2001 (ofício Câmara número zero cinquenta e um ponto gabinete barra dois mil e um) informando em resposta ao Pedido de Informação n°007/2001(número zero zero sete barra dois mil e um) de autoria do vereador Adelar H. Schmitt, que o Conselho Municipal de Alimentação Escolar acompanhava mensalmente a aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e que prestava contas a cada ano, e encaminhando cópia da prestação do ano de 2000(dois mil); Of.Cam.N°052.Gab/2001(ofício Câmara número zero cinquenta e dois ponto gabinete barra dois mil e

um) informando em resposta ao Pedido de Informação nº006/2001(número zero zero seis barra dois mil e um) de autoria do vereador Airton José Weber, que as análises mensais nos poços que abasteciam a rede pública eram feitas conforme normatização da Primeira Coordenadoria Estadual da Saúde e que estavam deixando de enviar à Câmara Municipal as últimas análises, conforme solicitado, tendo em vista que as mesmas ainda se encontravam no Laboratório Central do Estado; Of.Cam.Nº054.Gab/2001(ofício Câmara número zero cinquenta e quatro ponto gabinete barra dois mil e um) informando que não seria possível o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, no prazo estabelecido na Lei Orgânica, e comprometendo-se a encaminhá-lo no prazo de 30(trinta) dias; Of.Cam.Nº055.Gab/2001(ofício Câmara número zero cinquenta e cinco ponto gabinete barra dois mil e um) encaminhando cópia da Lei Municipal Nº331/2001(número trezentos e trinta e um barra dois mil e um), que dispunha sobre o Plano Plurianual do Município de Presidente Lucena para o período de 2002(dois mil e dois) a 2005(dois mil e cinco), e dava outras providências; Of.Cam.Nº056.Gab/2001(ofício Câmara número zero cinquenta e seis ponto gabinete barra dois mil e um) encaminhando Projeto de Lei que cria o Programa de atendimento ao Município, Estabelece Normas para Realização de Serviços com Máquinas e Equipamentos Rodoviários do Município, e dá outras providências. Do vereador Airton J. Weber, o Of.nº033/AJW/2001(ofício número zero trinta e três barra dois mil e um), solicitando que fosse colocada sob apreciação plenária, e se recebido voto favorável da maioria, encaminhada ao Poder Executivo Municipal, a Indicação de Nº024/2001(número zero vinte e quatro barra dois mil e um), que seguia em anexo. Do vereador José L. Brill, o Of.nº010/JLB/2001 (ofício número zero dez barra dois mil e um), solicitando que fossem colocadas sob apreciação plenária as Indicações de Nº008/2001(número zero zero oito barra dois mil e um), Nº009/2001(número zero zero nove barra dois mil e um) e Nº010/2001(número zero dez barra dois mil e um), anexas, e recebido o voto favorável da maioria, encaminhadas ao Poder Executivo Municipal. Da Assembléia Legislativa do Estado, os jornais Diário da Assembléia, de números: nº7848, nº7850, nº7851 e nº7852. Em continuidade passou-se às **EXPOSICÕES PESSOAIS**. Expôs a Presidente da Mesa Diretora, que o vereador Jaime L. Heilmann havia se inscrito para esse espaço, e considerando o mesmo, concedeu-lhe a palavra. Fazendo uso dessa, cumprimentou a Presidente da Mesa Diretora, demais vereadores, jornalista e munícipe. Após expôs que se inscrevera para apresentar alguns esclarecimentos sobre o abastecimento de água da localidade de Nova Vila e de cinco ou seis moradores da Sede, que eram abastecidos pela mesma rede. Disse que a Prefeitura fora comunicada sobre problema no abastecimento da referida rede quando foram verificar as causas. E que a informação era de que a bomba estava bombeando pouca água, mais ou menos, dois a três mil litros por hora. Sendo que dessa forma havia sido substituída a bomba por outra mais potente, mas que no dia anterior e no presente havia-se observado que o problema era o poço, que estaria com pouca água, secando. Expôs, também, que a intenção da Prefeitura era ativar o poço localizado na localidade de Nova Vila, próximo ao campo de futebol de areia. Mas, para levar a água até o reservatório seria

necessária a instalação de rede de canos. E, dessa forma, a Prefeitura pedia um pouco de paciência aos munícipes, pois que o problema seria resolvido, que providências estavam sendo tomadas. Disse o vereador Jaime L. Heilmann, que seria feita licitação para compra dos canos e posterior instalação. Concluída a manifestação, passou-se, à apreciação das proposições apresentadas. Pediu a Presidente da Mesa Diretora ao Secretário da Câmara, servidor Cesar Alberto Karling, que procedesse a leitura das mesmas na medida em que fossem apreciadas. Iniciando o Secretário da Câmara, pela leitura da Indicação de N°010/2001(número zero dez barra dois mil e um), apresentada pelo vereador José L. Brill, dirigida ao Prefeito Municipal. Por meio desta indicou a execução de revisão de toda rede de iluminação pública, visando manutenção nas que apresentavam defeitos. Colocada em discussão, expôs a Presidente da Mesa Diretora que havia várias luminárias que não estavam funcionando. E que a própria rede era muito irregular, apresentando picos e quedas de energia, pois que já notara o mesmo nos eletrodomésticos, ao final da tarde quando o consumo era maior, devido ao fato de muitas pessoas provavelmente tomarem banho a essa hora. Passando-se à votação do encaminhamento da Indicação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Após, procedeu o Secretário da Câmara a leitura da Indicação de N°009/2001(número zero zero nove barra dois mil e um), também apresentada pelo vereador José L. Brill, dirigida ao Prefeito Municipal. Por meio desta indicou a execução de melhorias na Estrada para São José do Hortêncio, cruzamento com a Estrada Geral de Linha Nova Baixa, na localidade de Linha Nova Baixa. Colocada em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação do encaminhamento, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em continuidade, procedeu o Secretário da Câmara a leitura da Indicação de N°008/2001(número zero zero oito barra dois mil e um), igualmente apresentada pelo vereador José L. Brill, dirigida ao Prefeito Municipal. Por meio desta indicou a execução de estudo visando a instalação de luminária da rede de iluminação pública, próximo a Gruta Nossa Senhora, da localidade de Linha Nova Baixa. Colocada em discussão, expôs o vereador José L. Brill, que já por várias vezes havia sido roubada a imagem ou danificada, visto que o local da gruta era escuro e ninguém residia próximo. E que, estando a mesma iluminada certamente evitaria a ação de delinqüentes. Indagou a Presidente da Mesa se havia rede de energia elétrica no local. Informou o vereador José L. Brill, que não, mas que a mesma estava distante, somente três ou quatro postes, e que seria questão de a Prefeitura fazer a instalação. Passando-se à votação do encaminhamento, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Dando seqüência, procedeu o Secretário da Câmara a leitura da Indicação de N°024/2001(número zero vinte e quatro barra dois mil e um), apresentada pelo vereador Airton J. Weber, dirigida ao Poder Executivo Municipal. Por meio desta indicou empenho junto aos órgãos competentes visando a instalação de placa indicando para o Município de Presidente Lucena, próximo ao Hospital São José do Município de Ivoiti. Colocada em discussão, expôs a Presidente da Mesa Diretora que havia placa instalada no local, apresentando a informação. Observou o vereador Airton J. Weber, que a mesma havia sido retirada, fazendo com que as pessoas seguissem reto pela Rua. Falou ainda a Presidente da Mesa Diretora se não havia sido o DAER que havia instalado as

placas de identificação ao longo da Rua Presidente Lucena. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que algumas o DAER havia instalado, outras não, e que essa em questão era de interesse exclusivo do Município, e que esse tipo, achava que o referido órgão não era responsável pela instalação. Passando-se à votação do encaminhamento da Indicação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em continuidade, passou-se para a **DISTRIBUIÇÃO DE PROJETO**. Sendo entregue à Comissão Geral de Pareceres, o Projeto de Lei N°023/2001(número zero vinte e três barra dois mil e um), que criava o Programa de atendimento ao munícipe, estabelecia normas para realização de serviços com máquinas e equipamentos rodoviários do Município, e dava outras providências. Em continuidade, passou-se para a **ORDEM DO DIA**. Pediu a Presidente da Mesa Diretora, ao Presidente da Comissão Geral de Pareceres, vereador Ricardo Trierweiler, que apresentasse o parecer ao Projeto de Lei N°021/2001(número zero vinte e um barra dois mil e um) que autorizava a compra de medicamentos e correlatos diretamente do Registro Nacional de Preços do Ministério da Saúde, e dava outras providências. Procedendo dessa forma o Presidente da Comissão. Nesse a Comissão se manifestou favorável ao Projeto, considerando que pelo mesmo haveria a possibilidade de aquisição de medicamentos a preços menores. Colocado em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação do Projeto de Lei, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em seqüência, passou-se para o período do **GRANDE EXPEDIENTE**, onde estavam inscritos os vereadores Airton J. Weber, Jaime L. Heilmann e Luiz J. Spaniol. Considerando o mesmo, concedeu a Presidente da Mesa Diretora a palavra ao vereador Airton J. Weber, primeiro inscrito. Fazendo uso da palavra, o vereador Airton J. Weber, cumprimentou a Presidente da Mesa Diretora, demais vereadores, munícipe e jornalista. Após, expôs, que não se satisfazia com a resposta encaminhada pelo Poder Executivo, referente ao Pedido de Informação que apresentara sobre a análise da água, pois que, se as últimas amostras encaminhadas ainda estivessem sem o resultado encaminhado pelo laboratório do Estado que ao menos deveria haver uma análise na Prefeitura. Portanto poderia ter encaminhado a última que estava na Prefeitura. Também na oportunidade, indagou à Presidente da Mesa Diretora, por qual motivo havia determinado o arquivamento dos Projetos de Emendas à Lei Orgânica, na última sessão. Disse que havia os arquivado mas que não dissera o motivo. Respondeu a Presidente da Mesa, que o fizera devido ao fato de os mesmos não terem recebido o voto favorável de 2/3(dois terços), dos vereadores, necessários para a aprovação. Disse o vereador Airton J. Weber, que achava engraçado o mesmo uma vez que quando da votação haviam dito que conforme o assessor jurídico, ao projetos seriam aprovados com o voto da maioria absoluta. Falou a Presidente da Mesa, que eram necessários os 2/3(dois terços), e que achara que haveria vereadores de bom senso, mas como isso não acontecera, havia mandado arquivar os projetos. Concluídas as manifestações do vereador Airton J. Weber, concedeu a Presidente da Mesa Diretora, a palavra ao vereador Jaime L. Heilmann, segundo inscrito. Fazendo uso dessa, convidou os vereadores e munícipes, para a festa popular que a Comunidade Evangélica da Sede promoveria no próximo domingo. Disse que a festa seria animada por bandinha e que ao meio-dia seria servido churrasco,

saladas e bebes tradicionais de festa comunitária. No instante manifestou-se a Presidente da Mesa Diretora, dizendo que ainda referente a questão da análise da água, que estava de posse do jornal NH de 08(oito) de agosto, no qual matéria dizia que a COMUSA alertava para o fato de poços artesianos serem uma ameaça á saúde. Disse a Presidente, que dessa forma podia-se observar que não era somente aqui em Presidente Lucena que havia problemas com a água. Também comentou, que muitas pessoas bebiam água de poço comum, e que nunca faziam análise dessa. Disse que desejava-se o bem da comunidade, e que nesse sentido estavam sendo adotadas medidas para sanar o problema. Expôs, que a Administração Municipal estava comprando peças que seriam instaladas junto aos poços, as quais deveriam solucionar o problema da água contaminada. Comentou a Presidente da Mesa Diretora, que fora necessário fazer pesquisa de preços e que as peças viriam de São Paulo, e que tudo isso levava tempo. Disse que o Executivo estava trabalhando em cima da questão e que não deixaria a população bebendo água contaminada. Ainda comentou que esses lençóis de água normalmente atingiam vários municípios, e que cada um tentava resolver o problema da forma mais rápida e correta. E que o Executivo estava comprando as peças, na quantidade de quatro, e que essas deveriam resolver o problema. Também comentou, que as pessoas poderiam se ajudar um pouco, enquanto o problema não estivesse solucionado, fervendo a água. Observou no instante, o vereador Adelar H. Schmitt, que o problema existia a quatro meses. No momento, disse a Presidente da Mesa Diretora, que esse problema existia de longe, que sempre existira. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que a quatro meses havia sido constatado índice de contaminação acima do tolerável. Mas o que queria expor era a sugestão de a Prefeitura aproveitar esse espaço do informativo no jornal que ocupava todas as semanas, para comunicar e orientar a população sobre o que fazer com essa água. Disse que talvez para adultos não haveria problemas, mas para crianças poderia ser. Expôs a Presidente da Mesa Diretora, que não fora comunicado nada no jornal, para não alertar as pessoas, pois que poderia haver interpretação errada. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que com ou sem alerta, a população ainda estava consumindo água contaminada, e que a seu ver a Prefeitura, através da Secretaria da Saúde deveria orientar as pessoas. Comentou no instante a Presidente da Mesa Diretora, que ninguém teria problema sério de saúde por estar consumindo dessa água, pois senão todo mundo já estaria doente, e que estava sendo notificado. Em seguida, concedeu a Presidente da Mesa Diretora, a palavra ao vereador Luiz J. Spaniol. Fazendo uso dessa, cumprimentou os colegas vereadores, esposa do vereador José L. Brill e jornalista do jornal O Diário, que estavam prestigiando a sessão. Em continuidade expôs o vereador Luiz J. Spaniol, que iria falar sobre o aumento da tarifa da água. Disse que para ele, como para grande parte da população de Presidente Lucena, o aumento de 51%(cinquenta e um por cento) era abusivo. Disse que a inflação anual chegava a 6%(seis por cento) ou 7%(sete por cento). Ainda expôs, o vereador Luiz J. Spaniol, que em relação aos custos, que os poços haviam sido perfurados pelo Governo do Estado, e que a rede, os canos, e hidrômetros haviam sido pagos pela população, restando somente para a Prefeitura os gastos com energia elétrica e custos de manutenção. Comentou

que um trabalhador comum tinha que lutar muito para conseguir um reajuste salarial e que de repente vinha um aumento da tarifa de água de 51%(cinquenta e um por cento). Disse que a tarifa era baixa se comparada a de outros município, mas que não justificava um aumento de vez nesse índice, pois que poderiam tê-lo aplicado de forma escalonada, a cada ano uma parte. Expôs o vereador Luiz J. Spaniol, que ele juntamente com os demais funcionários da empresa onde trabalhava, estavam lutando para conseguir reajuste salarial de 8%(oito por cento) a 9%(nove por cento), mas que era uma briga, e que os agricultores viam o preço de seus produtos parados e até em certos casos baixando de preço. E, indagou, como um agricultor iria conseguir recuperar isso, tendo que pagar aumento de 51%(cinquenta e um por cento) da tarifa de água. E, que os funcionários públicos do Município haviam recebido reajuste de 6%(seis por cento). Comentou ainda, o vereador Luiz J. Spaniol, que além disso, ainda havia problemas graves com a água, conforme a Presidente da Mesa havia exposto anteriormente. Disse que a seu ver não bastavam as medidas que a Prefeitura havia adotado, pois que a população deveria ser prevenida para que fervesse a água, ou que fizesse uso de outra água. Ainda expôs, que na localidade de Linha Nova Baixa, na Estrada da Volta, constantemente as oito famílias enfrentavam problemas com a falta de água, que ocorria seguidamente, apesar de estar-se no inverno, e que imaginassem o que aconteceria com a chegada do verão. Disse que a seu ver a Prefeitura deveria primeiro se preocupar em resolver esses problemas para depois querer reajustar o valor da tarifa e num índice justo, que fosse um pouco acima da inflação para compensar se estava baixa. No instante, solicitou o vereador Adelar H. Schmitt, um aparte, o qual foi concedido pelo vereador Luiz J. Spaniol. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que em relação ao aumento, que a imprensa noticiara que a CORSAN tivera que entrar na Justiça para tentar cobrar 6%(seis por cento), e que o índice havia sido considerado abusivo. Em continuidade, solicitou o vereador Luiz J. Spaniol uma posição do Prefeito referente os R\$9.000,00(nove mil reais) que deveriam vir do Governo do Estado destinados à habitação. Disse que, conforme informações, se o Prefeito não manifestasse posição logo, esse dinheiro se perderia. Sugeriu a Presidente da Mesa Diretora, que o colega vereador encaminhasse um pedido de informação nesse sentido. Disse o vereador Luiz J. Spaniol que seria difícil se dirigir à Prefeitura, pois que estava o dia inteiro na fábrica, mas se conseguisse falar com o Prefeito, o questionaria sobre a questão. Por último agradeceu a atenção de todos. No instante, apresentou a Presidente da Mesa Diretora, demonstrativo das receitas e despesas do abastecimento de água pública do presente ano, até a data de 31(trinta e um) de julho. Sendo R\$23.754,37(vinte e três mil setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos) as receitas e R\$41.578,53(quarenta e um mil quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta e três centavos) as despesas. Estando as despesas divididas em material R\$2.966,15(dois mil novecentos e sessenta e seis reais e quinze centavos), energia elétrica, serviços de terceiros R\$33.419,38(trinta e três mil quatrocentos e dezenove reais e trinta e oito centavos), extensão de rede R\$3.393,00(três mil trezentos e noventa e três reais) e equipamentos e material permanente R\$1.800,00(um mil e oitocentos reais). E, que o consumo de água

havia atingido o volume de 38.409m<sup>3</sup>(trinta e oito mil quatrocentos e nove metros cúbicos). Expôs a Presidente da Mesa, que a Administração havia pesquisado valores nos municípios vizinhos e que todos eram maiores. E que conforme pudera ser observado no demonstrativo, a despesa estava sendo bem superior a arrecadação. Comentou também, que a água era um bem fundamental, sagrado, e que a população talvez até, de momento, não gostava do reajuste, mas que a Prefeitura também não podia colocar dinheiro em cima. Também deixou a disposição o demonstrativo para quem quisesse fazer cópia. Manifestou-se o vereador Jaime L. Heilmann dizendo que entendia o que o vereador Luiz J. Spaniol estava querendo dizer com referência ao reajuste da tarifa da água, que teria aumentado muito de vez, mas que teria-se que ver desde quando que não houvera reajuste. Pois que a diferença do arrecadado em comparação aos gastos estava dando prejuízo de R\$17.000,00(dezessete mil reais). Disse também o vereador Jaime L. Heilmann, que até concordava que o índice aplicado era alto, mas que teria-se que passar para a população a questão, mesmo que a princípio não aceitassem, mas que com o tempo se conscientizariam. Expôs a Presidente da Mesa Diretora, que inclusive dois vereadores haviam assistido a explanação sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, na noite anterior, e que quem seria responsabilizado caso o abastecimento de água desse prejuízo e não tivesse recursos em caixa para cobrir essa diferença. Dessa forma, disse, achava ser necessário que fosse feita a mudança, uma vez que tanta coisa estava mudando e os valores cobrados estavam ultrapassados. Comentou, que em outros municípios, a população pagava R\$5,00(cinco reais) como taxa e que se passasse da quota, pagaria R\$1,00(um real) a mais por litro consumido, enquanto que aqui no Município, a população poderia gastar quinze mil litros para o valor da tarifa. Observou no instante, o vereador Luiz J. Spaniol, que conforme um dos palestrantes, Senhor Oscar, o município não poderia ter déficit, mas que aumento de impostos seria discutido com a população, e que sua crítica não era referente a taxa, porque não representava valor alto, e sim devido ao aumento de 51%(cinquenta e um por cento), pois ninguém recebia um reajuste salarial nesse valor. Expôs a Presidente da Mesa, que ninguém ganhava aquilo que as coisas aumentavam e com a água era a mesma coisa. Disse que, de momento, as pessoas deveriam se conscientizar, e deixar de gastar com outras coisas, supérfluas, pois que a água era mais importante. Na oportunidade, manifestou-se o vereador Adelar H. Schmitt, dizendo que era recente o abastecimento de água em algumas localidades como Morro do Pedro e Picada Schneider, onde estava instalada a pouco mais de meio ano. E que se a Prefeitura fosse considerar toda a despesa com o abastecimento de água e quisesse cobrar da população, pois que daqui a 5(cinco), 6(seis) anos haveria necessidade de substituição de reservatórios, as bombas d'água e a rede de água ficariam superadas com o desgaste do uso, e se quisessem repassar todos esses valores para a tarifa da água, essa se tornaria insuportável. Destacou a Presidente da Mesa, que já estavam estragando bombas d'água e canos precisariam ser substituídos, mas que mesmo assim, não seria reajustada a tarifa cada vez que houvesse uma despesa dessas. Observou o vereador José L. Brill, que a intenção da Administração Municipal era chegar num ponto em que a tarifa pagasse ao

menos a despesa com energia elétrica. No instante, destacou o vereador Adelar H. Schmitt, que o aumento havia sido muito brusco. Pois que ele próprio tinha consumo elevado de água, mas que muitas famílias gastavam somente o essencialmente necessário e longe não consumiam até o limite da tarifa de quinze mil litros, e que mesmo assim precisavam pagar esse valor. Sendo que havia famílias que passavam necessidades para pagar essa tarifa. Observou a Presidente da Mesa Diretora, que devido a esse problema que havia surgido com a água, houvera custos que não eram previstos, pois que a aquisição desses quatro aparelhos e a instalação representariam valor elevado. Disse que os valores referentes a esses gastos seriam informados aos vereadores. Ainda aproveitou a Presidente da Mesa Diretora, para dizer que no domingo havia sido realizada mais uma etapa do campeonato estadual de bolão. E, que o grupo de casais do Município participara, classificando-se em segundo lugar, o que era uma grande alegria. Sendo que haviam participado da disputa um total de 5(cinco) grupos, dos quais dois eram de Taquara, um de Campo Bom, um de Estância Velha e o grupo daqui. Também agradeceu na oportunidade aos membros do grupo do Município, pois que não havia nenhuma ajuda extra, sendo toda a despesa custeada do próprio bolso, em prol desse esporte, que até era pouco valorizado. Disse que o grupo representava a Sociedade Esportiva Soberano e que considerava muito importante a participação. Também comentou, que a próxima etapa seria realizada na Cidade de Campo Bom. Destacou que ficara muito feliz com a boa atuação da equipe daqui e pela presença dos demais grupos apesar de ter sido domingo, dia dos pais. Disse que estava-se caminhando para a final e esperava que tudo desse certo. Encerradas as manifestações agradeceu a Presidente da Mesa Diretora à esposa do vereador José L. Brill, e ao jornalista do Jornal O Diário por terem prestigiado a Reunião, e declarou-a encerrada, convocando a seguinte, em caráter ordinário, para o dia 22(vinte e dois) de agosto, do corrente ano, no mesmo horário e local. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Secretário da Câmara, elaborou a presente Ata, a qual após lida e aprovada será subscrita pelo Secretário e Presidente da Mesa Diretora.

---

SECRETÁRIO

---

PRESIDENTE